

RECURSO EXTRAORDINÁRIO: raízes

ADHEMAR FERREIRA MACIEL*

Consultor jurídico, ex-professor da UnB e da Faculdade de Direito Milton Campos, Ministro Aposentado do Superior Tribunal de Justiça.

I. Introdução. II. Dúvida histórica quanto à competência do Poder Judiciário para controlar superiormente a constitucionalidade das leis e atos dos outros Poderes. III. O recurso (inominado) para controle da supremacia dos estatutos políticos brasileiros de 1890 e 1891. O Decreto n - 848/1890 e sua complementação (Lei nº 221/1894). O writ of error da Seção 25 da Judiciary Act of 1789 norte-americana. IV. O recurso extraordinário nas Constituições e Cartas da República brasileira. V. O Writ of Certiorari no Regimento Interno da Suprema Corte (Rules). VI. A relevância da questão constitucional.

I. Introdução

O objetivo deste pequeno artigo doutrinário é dar ao leitor brasileiro, advogado ou estudante de Direito, uma noção das raízes de nosso Recurso Extraordinário. Nossa dívida para com o Recurso Extraordinário é grande. Por meio do Recurso Extraordinário, o Supremo Tribunal Federal pôde manter, por mais de uma centúria, a supremacia de nossos Estatutos políticos e dar a imprescindível uniformidade à interpretação das leis federais em nosso País. Mais do que nos Estados Unidos, onde fomos buscar o instituto, o Recurso Extraordinário teve função política, uma vez que também ajudou a manter a unidade de nosso Estado federal. Por intermédio desse recurso, nossos códigos – civil, penal, comercial, eleitoral etc. – não perderam sua identidade e feição nos cadinhos exegéticos dos diversos tribunais estaduais ou federais.

Quanto ao nome "recurso extraordinário", houve muita discussão e vacilação em sua adoção quando se votou a Lei nº 221, de 1890.

O grande juiz Pedro Lessa, escrevendo nos primeiros anos do século XX, procurou justificar o estranho nome. Como no novo Brasil conviviam duas justiças – a federal e a estadual –, a denominação "extraordinário" se justificava, uma vez que o recurso era interposto de uma justiça (estadual) para outra justiça (federal).¹

II. Dúvida histórica quanto à competência do Poder Judiciário para controlar superiormente a constitucionalidade das leis e atos dos outros Poderes

Desde o início de nossa República, não se discute a quem cabe interpretar definitiva e conclusivamente a Constituição e as leis do País. Se todo órgão público tem o dever de examinar os atos administrativos e legislativos à luz da Constituição, não se tem dúvida a qual dos três Poderes – ainda que possa ser o menos democrático deles – ficou reservado dizer a *ultima vox* sobre o que a Constituição e as leis infraconstitucionais significam. É que os republicanos brasileiros se prevaleceram das dúvidas e incertezas norte-americanas de quase um século antes. Mesmo o famoso caso *Marbury v. Madison* não foi conclusivo no sentido de que tocava ao Judiciário falar por último, quando provocado num determinado caso concreto.² O que John Marshall afirmou, em 1803, foi que a Lei Orgânica da Magistratura Federal de 1789 (modelo de nosso Decreto nº 848/1890) era inconstitucional em face do art. III da Constituição. Por outras palavras, a Suprema Corte apenas decidiu que o art. III não lhe dava competência para julgar ato de ministro (*secretary*)

¹ LESSA, Pedro. *Do poder judiciário*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 915, p. 103.

² CHERMERINSKY, Erwin. *Constitutional law – principles and policies*. Nova York: Aspen Law & Business, 1997, p. 28.

de Estado Competência originária só poderia ser dada pelo constituinte, nunca por lei de menor hierarquia.

No início da vida do Estado federal norte-americano, muita gente abalizada entendia que qualquer órgão público – federal, estadual ou mesmo municipal – podia interpretar validamente a Constituição, as leis e os tratados internacionais, em suma, *the Law of the Land*. Essa interpretação individualística era filha da ética protestante. Foi o caso do presidente Thomas Jefferson, que manifestou claramente sua opinião em carta endereçada a Abigail Smith Adams, mulher de John Adams, datada de 11 de setembro de 1804:

(...) o entendimento que dá aos juízes o direito de decidir quais leis são constitucionais, e quais não o são. não só para eles (juízes) em sua própria esfera de ação, mas também para o Legislativo e Executivo em suas (respectivas) esferas, faria do Judiciário um ramo despótico.³

Pouco depois, outro presidente. Andrew Jackson, ao exercer seu *veto power*, também endossou, agora publicamente, o mesmo entendimento de Jefferson, asseverando que todo servidor público, ao assumir o cargo, jurava defender a Constituição tal como ele, servidor, a entendia. Ademais,

o entendimento dos Juízes não tem mais autoridade sobre o Congresso do que o entendimento do Congresso sobre o juízes, e, nesse ponto, o presidente é independente de ambos.⁴

No governo Reagan, o procurador-geral da República, Edwin Meese, tentou, criados e capacitados pela Constituição – o Executivo exumar a superada tese:

A Suprema Corte, assim, não é a única intérprete da Constituição. Cada um dos três ramos coordenados de governo e Legislativo não menos que o Judiciário –, tem o

³ CHEMERINSKY. ob. cit., p. 26.

⁴ Ibidem, p. 26.

dever de interpretar a Constituição na realização de suas funções oficiais.⁵

Nossa primeira Carta republicana, outorgada pelo Decreto nº 510, de 22 de junho de 1890, foi parcimoniosa para com o Poder Judiciário: oito artigos. Não continha, como de resto o paradigma norte-americano, dispositivo do qual se pudesse tirar, com clareza e diretamente, que a coisa julgada estava reservada privativamente ao Poder Judiciário. Em sua *Exposição de Motivos* para a sanção do Decreto n. 848/1890 (criou a justiça federal e o Supremo Tribunal Federal), porem, o ministro Campos Salles frisa que na "grande União Americana com razão se considera o Poder Judiciário como a pedra angular do edifício federal e o único capaz de defender com eficácia a liberdade, a autonomia individual".

O art. 3º do Decreto nº 848/1890 procurou ser claro: "Na guarda e aplicação da Constituição e das leis nacionais a magistratura federal só intervirá em espécie e por provocação da parte."

A Constituição de 1891, que recepcionou o Decreto n. 848/1890, continuava reticente como a Carta de 1890 (Decreto n. 510). Apenas dizia, tal qual seu modelo norte-americano (art. III, seção 1), que:

Art 55. O Poder Judiciário da União terá por órgãos um Supremo Tribunal Federal, com sede na Capital da República, e tantos Juízes e Tribunais Federais distribuídos pelo País, quantos o Congresso criar.⁶

Se hoje, nos Estados Unidos, o tempo, o grande aliado nos países do *common law*, garantiu ao Judiciário interpretar em última instância a Constituição e as leis federais, por mais forte razão, como

⁵ Ibidem, p. 26.

⁶ O art. III da Constituição dos Estados Unidos diz: "Section 1. The judicial Power of the United States, shall be vested in one supreme Court. and in such inferior Courts as the Congress may from time to time ordain and establish".

vimos acima, no Brasil republicano nunca se pôde ter dúvida a respeito dessa competência.

III. O recurso (inominado) para controle da supremacia dos estatutos políticos brasileiros de 1890 e 1891. O Decreto nº 848/1890 e sua complementação (Lei nº 221/1894). O *writ of error* da seção 25 da *Judiciary Act of 1789* norte-americana

No Brasil, tanto a Carta de 1890 quanto a Constituição de 1891 prefixaram as competências do Supremo Tribunal Federal: a) originária e b) recursal. Nesse particular, afastou-se do modelo americano, que deixou o preenchimento da competência recursal por conta do Congresso.⁷ No início, muitos doutrinadores e militantes do foro procuraram ver no novo dispositivo constitucional brasileiro uma válvula para "qualquer" apelação. Carlos Maximiliano já admoestava que essa interpretação literal contrariava nossa sistemática recursal e traria o caos para a mais alta Corte do país: "Ha um limite para o direito de apelar: a alçada do tribunal".⁸ Assim, o direito de apelar de uma decisão de tribunal federal ficava adstrito ao valor da alçada fixada por lei.

Como a principal função do Supremo Tribunal Federal era a uniformização do direito federal, exigência prática inerente ao Estado federal,⁹ os Estatutos políticos de 1890 e 1891 ensejaram a subida do feito quando (a decisão do tribunal estadual):

⁷ Nos Estados Unidos da atualidade, a competência originária da Suprema Corte, além de admitir concorrência (*concorrem original jurisdiction*) com tribunais federais inferiores (*District Courts*), na prática ficou restrita a dirimir conflito de interesses entre Estados-membros da Federação (cf. ABRAHAM, Henry J. *The judicial process. An introductory analysis of the courts of the United States, England, and France*. 5ª ed. Nova York: Oxford University Press. 1986, p. 179.

⁸ *Commentários a Constituição brasileira*. Rio de Janeiro; Jacintho Ribeiro dos Santos, 1918, p. 552.

⁹ Teoricamente, pode haver Estado federal com unidade de justiça e, ao reverso, Estado unitário com dualidade de justiça (cf. PONTES DE MIRANDA. *Comentários à Constituição de 1946*, 4ª ed., tomo III. Rio de Janeiro: Borsoi, 1963, p. 272).

a) (...) se questionar sobre a validade, ou a aplicação de tratados e leis federais, e a decisão do Tribunal do Estado for contra ela;

b) (...) se contestar a validade de leis ou de atos dos Governos dos Estados em face da Constituição, ou das leis federais, e a decisão do Tribunal do Estado considerar válidos esses atos, ou essas leis impugnadas.¹⁰

Nos Estados Unidos, o controle da constitucionalidade das leis e dos atos administrativos, criação jurisprudencial, se fazia *incidenter tantum*, isto é, no curso do processo. O caso judicial (*case or controversy*), julgado pelos tribunais federais e pelos tribunais estaduais de última instância, podia eventualmente chegar à Suprema Corte (federal) através da denominada *appellate jurisdiction*.¹¹ Também meios autônomos de impugnação podiam levar a *federal question* à Suprema Corte. Tais meios impugnativos recebiam o rótulo genérico de *extraordinary writs*. Era o caso do *habeas corpus*, do *mandamus*, do *quo warranto* e alguns outros.¹² O writ of error era um deles.¹³ A Lei Orgânica da Magistratura

¹⁰ A Constituição da República Argentina em sua redação original também é parca para com o *Poder Judicial*. No art. 101 deixou por conta do Congresso baixar as normas relativas aos recursos. A Lei nº 48, de 26 de agosto de 1863, normatizou o recurso extraordinário nos arts. 14, 15 e 16. Dispõe o art. 14: "(...) sentencias definitivas pronunciadas por los tribunales superiores de provincia en los casos siguientes. 1) cuando en el pleito se haya puesto en cuestión la validez de un tratado, de una ley del Congreso, o de una autoridad ejercida en nombre de la Nación, y la decision haya sido contra su validez; 2) cuando la validez de una ley, decreto o autoridad de provincia se haya puesto en cuestión bajo la pretensión de ser repugnante a la Constitución Nacional, a los tratados o leyes del Congreso, y la decisión haya sido en favor de la validez de la ley o autoridad de provincia; 3) cuando la inteligencia de alguna cláusula de la Constitución, o de un tratado o ley del Congreso, o una comisión ejercida en nombre de la autoridad nacional haya sido cuestionada y la decision sea contra la validez del titulo, derecho, privilegio o exención que se funda en dicha cláusula y sea materia de litigio" (Disponível em: <http://members.tripod.com/~escribano/propios.html>. Acesso em 12/08/2003).

¹¹ A Sec. 13 da *Judiciary Act de 1789* dispunha: "(...) The Supreme Court shall also have appellate jurisdiction from the circuit courts and courts of the several states in the cases hereafter specially provided for (...)"

¹² Ver ABRAHAM, ob. cit., p. 181.

¹³ O BLACK'S *Law dictionary* (5ª ed. St. Paul, Minn.: West Publishing Co. 1979) ressalta a natureza autônoma do writ of error: "*It is commencement of new suit to set aside judgment, and is not continuation of suit to which it relates*". Pedro LESSA (ob. cit., p. 103) lembra que, "Na essência, o nosso recurso extraordinário é idêntico ao writ of error dos norte-americanos."

Federal de 1789 (*Judiciary Act*) especificava, dentro da competência do Congresso, as questões atacáveis por meio dessa modalidade especial:

Sec. 25. That final judgment or decree in any suit. in the highest court of law or equity of a State in which a decision in the suit could be had, where is drawn in question the validity of a treaty or statute of, (. .), or where is drawn in question the validity of a statute of, or an authority exercised under, any State, on the ground of their being repugnant to the constitution, treaties, or laws of the United States, and the decision is in favour of such their validity, or where is drawn in question the construction of any clause of the constitution, or of a treaty, or statute of, or commission held under, the United States, and the decision is against the title, right, privilege, or exemption, specially set up or claimed by either party, under such clause of the said Constitution, treaty, statutes, or commission, may be re-examined, and reversed or affirmed in the Supreme Court of the United States upon a writ of error (...) ¹⁴

Em resumo, a supremacia da Constituição federal em relação às decisões de tribunais de última instância (*last resort courts*) dos Estados-membros podia também ser controlada por meio do *writ of error*. Essa era a legislação vigente quando da proclamação das repúblicas da Argentina e do Brasil. Daí nossa Lei Orgânica da Magistratura Federal (Decreto nº 848/1890) ter inserido no parágrafo único de seu art. 9º um "recurso" (sem nome) para fiscalizar a jurisprudência dos tribunais inferiores e manter a supremacia da Constituição e a unidade das leis federais. Todavia, em 1928 foi feita uma alteração na legislação federal, acabando com o mencionado *writ of error*.

Nossa Lei nº 221, de 20 de novembro de 1894, que complementou o Decreto nº 848/1890, optou pelo *nomen juris* "recurso extraordinário", já utilizado pelo Regimento Interno do STF (1891). Na Argentina, a *Constitución de la Nación* (1853) e a Lei nº 27, de 16 de outubro de 1862, só falavam em *apelación*, ¹⁵ nomenclatura repetida no ano seguinte pela Lei nº 48 (art. 14). A jurisprudência e a doutrina,

¹⁴ COMMAGER, Henry Steele (org.). *Documents of American history*. 6ª ed., Nova York: Appleton-Century-Crofts, Inc. 1958, p. 153.

¹⁵ Cf. PONTES DE MIRANDA, ob. cit., p. 282.

todavia, passaram a denominar o recurso de *extraordinario de apelación* ou simplesmente *recurso extraordinario*.

No Brasil, o art. 24 da mencionada Lei nº 221/1894 dispunha em seu *caput*:

O Supremo Tribunal Federal julgará os *recursos extraordinarios* das sentenças dos tribunaes dos Estados ou do Districto Federal nos casos expressos nos arts. 59 § 1º e 61 da Constituição e no art. 9º paragrapho único, letra c do decreto n. 848 de 1890, pelo modo estabelecido nos arts. 99 e 102 do seu regimento interno, mas em todo caso a sentença do tribunal, quer confirme, quer reforme a decisão recorrida, será restricta á questão federali controvertida no recurso sem estender-se a qualquer outra, por ventura, comprehendida no julgado.

IV. O recurso extraordinário nas Constituições e Cartas da República brasileira

A Constituição de 1934 foi o primeiro Estatuto político a utilizar-se do *nomen* "recurso extraordinário" (art 76, III). Daí em diante, tal denominação foi mantida em todas as Cartas e Constituições: 1937, art. 101, III; 1946, art. 101, III; 1967, art. 114, III; 1969, art. 119, III.

A Constituição em vigor (1988) criou novo tribunal – o Superior Tribunal de Justiça –, atribuindo-lhe parte da "competência extraordinária" até então afeta ao Supremo Tribunal Federal. A prevalência e a uniformização das leis federais passaram a ser feitas pelo novo tribunal. Se, à maneira americana ou Argentina, se falava antes em "questão federal" (*federal question/cuestión federal*), a partir da Constituição de 1988 melhor fica falar-se em "questão constitucional" para o Supremo e "questão federal" para o Superior Tribunal.

Diz a Constituição federal de 1988:

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I – (...)

III – julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida:

a) contrariar dispositivo desta Constituição:

b) declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal;

c) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição.

Em relação ao texto constitucional anterior (1969, art. 115, III), houve profunda alteração. Antes, só se interpunha extraordinário de decisões de "tribunais". Agora, pelo texto novo, mesmo de órgão judicante singular (juiz), quando se decidisse em única instância, poder-se-ia interpor recurso extraordinário direto para o Supremo. Voltava-se à técnica de 1946 e, de certo modo, ao figurino norte-americano (*District Courts*).¹⁶ Na redação velha, a alínea "a" do inciso III falava em decisões que "contrariar dispositivo desta Constituição ou negar vigência de tratado ou de lei federal". Na nova redação (1988), na alínea "a" ficou apenas a primeira oração; "contrariar dispositivo desta Constituição." A segunda oração: "negar vigência de tratado ou lei federal", teve sua redação alterada e passou a ocupar a alínea "b": "declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal." A negativa de vigência de tratado ou de lei federal se encaixou na "competência especial" do Superior Tribunal de Justiça.

A alínea "c" da redação velha (1969) abrangia decisões de tribunais que, em última instância, julgassem lei ou ato de governo local em detrimento da Constituição ou de lei federal. Com a criação do

¹⁶ "In a certain statutorily specified cases from the federal District Courts and all the other courts of the United States" (cf. ABRAHAM, ob. cit., p. 182)

Superior Tribunal de Justiça, contrariedade à lei federal ou a tratado, como já se afirmou, tornou-se objeto de outro recurso, o "recurso especial".

Dispõe a Constituição em vigor:

Art. 102. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:

I – (...)

III – julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida:

- a) contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência;
- b) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face de lei federal;
- c) der à lei federal interpretação divergente da que lhe havia atribuído outro tribunal.

Tal como se dava nos Estados Unidos, para que o recurso fosse conhecido, exigia-se tivesse sido a questão de direito debatida no tribunal *a quo*.¹⁷ A exigência tinha pertinência lógica, já que o objetivo era, conforme o caso, a prevalência da Constituição ou a uniformidade da lei federal em todo o território nacional. Quando a questão de direito era discutida conclusivamente, dizia-se que ela se achava prequestionada.

V. O *writ of certiorari* no regimento interno da Suprema Corte (rules).

O procedimento de nosso recurso extraordinário/especial vem disposto em apenas seis pequenos artigos no Código de Processo Civil,

¹⁷ "[...] the federal question must have been validly raised early in the state court – when the matter begins as a state issue [...]" (ABRAHAM, ob. cit.. p. 181).

que tem sofrido alterações pontuais. Há uma sistematização lógica e racional, ainda que possa estar entrelaçada com outros dispositivos do mesmo Código. Com as *Rules* da Suprema Corte estadunidense, como se verá daqui a pouco, não se dá a mesma coisa. Não há a sistematização própria da família romano-germânica.

Como se falou, o *writ of error*, que vinha do *common law*, foi retirado da Lei Orgânica do Judiciário (federal) norte-americano em 1928.¹⁸ Se a *federal question* não chegasse à Suprema Corte por meio de *writ of appeal*, poderia, quando considerada de *imperative public importance* pela Corte, ser excepcionalmente guindada por meio do *writ of certiorari*.

O vigente Regimento Interno da Suprema Corte dos Estados Unidos (*U.S. Supreme Court Rules*) é sumamente detalhista quanto ao procedimento do *writ*. Contém sete itens com inúmeros e casuísticos subitens na sua Parte III (*Jurisdiction on Writ of Certiorari*). Vamos, a passos largos, noticiar uma outra exigência procedimental, mais a título de dar uma idéia.

Logo no início, a *Rule 10* adverte ao sucumbente que "rever" julgamento não é uma "questão de direito" (*question of right*), mas de "discrição da Corte" (*judicial discretion*). Em seguida, nas alíneas *a*, *b* e *c*, diz em que casos cabe o *writ*. A última alínea, *c*, merece destaque: também cabe *certiorari* quando o tribunal federal inferior julga uma *important question of federal law* que deveria ter sido julgada, mas nunca o foi, pela Suprema Corte. A *Rule 11* admite a subida excepcional de uma causa para a Suprema Corte mesmo antes de ela dar ingresso na segunda instância federal: quando se revestir de *imperative public importance*. A *Rule 12* cuida das custas do *writ* e do número de cópias – 40 – da *petition for certiorari*. Se o requerente (*petitioner*) for "miserável" (*in forma pauperis*), o número de cópia diminui: passa para 10. Se réu preso, sem

¹⁸ Ibidem, p. 181.

advogado, basta uma cópias. A *Rule 12.3* atribui ao peticionário a responsabilidade de notificar com presteza os requeridos (*The petitioner's duty to notify ali respondents promptly*). Se houver mais de um interessado processual, basta uma só *petition* (*Rule 12.4*). Causas idênticas ou que apresentem pontos íntimos (*closely related questions*) admitem uma única *petition* (*Rule 12.4*). A "contestação" do requerido (*respondent*) também deve vir em 40 cópias (*Rule 12.5*). Normalmente, o "secretário" do tribunal recorrido (*clerk*) fica aguardando a notificação do *Clerk* (secretário) da Suprema Corte para remeter a documentação formada (*Record*). As páginas já devem seguir numeradas, e as cópias certificadas. Nada impede que o "secretário" do tribunal recorrido envie, quando julgar conveniente, documento original (*Rule 12.7*). O prazo para a propositura do pedido na Suprema Corte deve ser feito dentro de 90 dias do julgamento a ser revisto (*Rule 13.1*). Pedido a destempo (*out of time*) e sumariamente indeferido (*Rule 13.2*) O prazo é computado do registro do julgamento (*Rule 13.3*). Também as contra-razões do requerido (*respondent*) devem ser apresentadas dentro do prazo regimental (*Rule 13.4*). Juiz da Suprema Corte, todavia, pode ampliar o prazo para até 60 dias (*for good cause*), de acordo com a *Rule 13.5*. A *Rule 14.1*. a impõe seja a *petition for certiorari* concisa, sem detalhe desnecessário (*unnecessary detail*). Se o *petitioner* estiver sentenciado à morte (*death sentence*), tal fato deve ficar em destaque: um *capital case*. Os textos constitucionais ou legais violados devem ser transcritos (*Rule 14*). Exige-se uma petição acurada, breve e clara, sob pena de indeferimento (*Rule 14.4*). O "secretário", todavia, pode baixar a *petition* para ser emendada ou refeita pelo requerente (*Rule 14.5*). O "resumo" das razões (*brief*) do *respondent* não é de apresentação obrigatória, salvo se tratar de *death sentence* (*Rule 15.1*). O *brief* deve ser protocolizado dentro de prazo de 30 dias da pauta (*Rule 15.5*). Se a Corte admite ou inadmite o pedido de revisão, o advogado do *petitioner* será notificado (*Rule 16.2 e 16.3*).

VI. A relevância da questão constitucional

Antes da reforma da lei orgânica federal norte-americana (1928), o número de causas que chegavam à Suprema Corte estava aumentando, sobrecarregando o tribunal. A solução prática, então, foi tirar o direito do *appellant* de fazer subir sua *mandatory appeal*. A Suprema Corte foi legalmente investida do "poder discricionário" (*discretionary power*) de rejeitar o recurso "por falta de relevância da questão federal" (*for want of a substantial federal question*). Em decorrência, o número de *writs of appeal* julgados caiu muito. Com o *writ of certiorari*, a mesma solução já havia sido alcançada com o *Judges Bill* de 1925, meio antes preconizado pelo *chief justice* Taft e pelo *justice* Van Devanter¹⁹: a relevância da questão federal por no mínimo quatro juízes. Em outras palavras, se quatro justices votassem pela admissão (*granting*), o *writ* seria levado a julgamento, podendo ser julgado procedente ou improcedente (*denied*). Hoje, cerca de 90% dos julgados da Suprema Corte são de *certiorari*.²⁰ Henry J. Abraham observa que há uma tendência de a Suprema Corte favorecer o governo na concessão de *certiorari*.²¹

Existem casos notáveis de admissão e concessão de *certiorari* em que não se levou em conta o valor econômico da causa, mas sua relevância (*substance*) para a vida nacional. Um exemplo típico foi a concessão de *certiorari* contra decisão de um tribunal policial de Louisville, no Kentucky. Um cidadão, por estar sapateando, dançando e fazendo trejeitos e meneios num bar, foi condenado por vadiagem (*loitering*) e má conduta em público (*disordely conduct*) a pena de 10 dólares para cada infração penal. Por questão de alçada, seu recurso não era apelável (*not*

¹⁹ ABRAHAM, ob. cit. p. 185.

²⁰ Ibidem, pp. 182/3.

²¹ Ibidem, p. 186.

appealable). Thompson (o condenado),²² alegando violação da cláusula do *due process of law* (Emenda nº 14), entrou com um writ of certiorari, que foi julgado em pouco mais de dois meses pela Suprema Corte. Em seu voto, o justice Black ("relator") disse que não obstante o pequeno valor da causa original, a questão do *due process* era relevante (*substantial*) para a concessão do writ.²³ Seguindo os moldes americanos, a Carta brasileira de 1969, emendada em 1977 (art, 115, III, parágrafo único), deixava a libito do Regimento Interno do STF a indicação da "relevância da questão federal", tendo-se em conta a natureza, a espécie e o valor da causa. Hoje, pela Constituição de 1988, não existe mais o critério depurativo da relevância. O Supremo Tribunal Federal, em decorrência, está inundado de recursos extraordinários. Seus juízes não têm como se deter em casos de maior importância para a vida do País. Nossa ânsia de justiça, que pode estar escondida nas fímbrias do direito, não se contenta com a instância ordinária. Também quer ver seu caso discutido em instância extraordinária. A Constituição nova atendeu ao clamor dos jurisdicionados e advogados. Mas, pergunta-se: até quando o Supremo Tribunal Federal terá condições de suportar a enxurrada de recursos extraordinários, detendo-se pouco nas questões de maior relevo?

OBRAS CITADAS – RECURSO EXTRAORDINÁRIO: RAÍZES

Disponível em: <http://members.tripod.com/~escribano/proprios.html>.

Acesso em 12/08/2003.

Disponível em: <http://caselaw.lp.findlaw.com/scripts/getcase.pl?court=US&invol=199>. Acesso em 11/09/2003.

ABRAHAM, Henry J. The judicial process. An introductory analysis of the courts of the United States, England, and France. 5ª ed. Nova York: Oxford University Press, 1986.

BLACK, Henry Campbell. Law dictionary. 5ª ed. St. Paul, Minn: West

²² Thompson v. Louisville. 362 U.S. 199 (1960).

²³ "(...) the petition for certiorari convinced us that although the fines here are small, the due process questions presented are substantial and we therefore granted certiorari to review the Police Court's judgement" (Disponível em: <http://caselaw.lp.findlaw.com/scripts/getcase.pl?court=US&vol=362&invol=199>. Acesso em 11 de setembro de 2003).

Publishing Co, 1979. CHEMERINSKY, Erwin. Constitutional law – principles and policies. Nova York: Aspen Law & Business, 1997.
COMMAGER, Henry Steele (org.). Documents of American history, 6ª ed. Nova York: Appleton-Century-Crofts, Inc., 1958.
LESSA, Pedro. Do poder judiciário. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1915.
MAXIMILIANO, Carlos. Commentarios a constituição brasileira. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1918.
PONTES DE MIRANDA. Comentários à constituição de 1946. 4ª ed. Rio de Janeiro: Borsoi, 1963, t. III.